

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE RUSSAS/CE.

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT

ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 814.326.153-00, portador do RG nº 2000.030.046-808 SSP-CE, não possuidor de endereço eletrônico, residente e domiciliado na Rua Amancio Mariano, nº 1406, T. da Vaqueijada, Russas/CE, vem respeitosamente perante V. Exa., por meio de seu advogado em fine assinado, qualificado no instrumento procuratório anexo, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT) contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, empresa gestora dos Seguros DPVAT, inscrita no CNPJ sob o nº: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 20.031-205, onde poderá ser citada, pelos fatos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE

Requer os benefícios da Justiça Gratuita com apoio no Art. 5º LXXIV da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50 combinada com a Lei nº 7.115/83, por não ter condições financeiras de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família.

DOS FATOS

O autor sofreu acidente de trânsito no dia **05/04/2018**, conforme consta no registro do Boletim de Ocorrência, nº 541-1271/2018, anexo.

Em decorrência desse acidente sofreu **ESCORIAÇÕES**, que culminaram em **SÍNDROME DO MANGUITO ROTADOR (CID 10 M 75.1)**, **TENDINITE BICEPITAL (CID 10 M 75.2)**, **SÍNDROME DE COLISÃO DO OMBRO (CID 10 M75.4)**, **OUTRAS LESÕES DO OMBRO (CID 10 M 75.8)**, **FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR**

DO ÚMERO (CID 10 S42.2), TRAUMATISMO DO TENDÃO DO MANGUITO ROTADOR DO OMBRO (CID 10 - S46.0), sendo devidamente atestada a necessidade de repouso, encontrando-se incapacitado temporariamente para o trabalho, conforme descreve o Prontuário, Atestado ou Laudo Médico em anexo.

Exa., o requerente resolveu entrar com um processo administrativo, e mesmo a seguradora requerida reconhecendo a invalidez da requeente, resolveu pagar valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), um valor abaixo ao determinado na Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08.

Assim, em se constatando, que as sequelas ocorreram em decorrência de acidente de trânsito, tem a parte autora o direito ao recebimento da indenização, no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA PERÍCIA ADMINISTRATIVA

Nas pericias administrativas realizadas pela seguradora, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando, sempre as vítimas do sinistro.

O valor administrativamente recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionado corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

No caso específico dos autos, o laudo pericial a ser produzido por médico designado por Vossa Excelência, a partir dos documentos médicos apresentados pelo requerente em anexo à petição inicial, será esclarecedor em sua conclusão, o qual se mostrará coerente e suficiente a formação do vosso convencimento.

Portanto a realização de perícia médica se faz necessária, tendo em vista a necessidade de se comprovar o grau de debilidade instalada no autor.

DO DIREITO

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08, que garante o pagamento de seguro obrigatório àquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente automobilístico.

Assim, a lei do seguro obrigatório estipula, no caso de invalidez permanente, o direito ao recebimento pelo acidentado a um valor indenizatório de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), notadamente quando a invalidez ou debilidade for permanente, senão vejamos:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

Neste sentido, quanto a correção monetária a jurisprudência pátria é farta:

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT.
GRADUAÇÃO. MP 451/2008. LEI
11.945/2009. GRADUAÇÃO
OBRIGATÓRIA. CORREÇÃO
MONETÁRIA. ALTERAÇÃO.**

O seguro obrigatório foi criado para indenizar as vítimas de seqüelas permanentes ocasionadas em acidente de trânsito.

Configurada a invalidez permanente da vítima, decorrente de acidente de trânsito ocorrido após a edição da MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, se faz necessária a graduação da lesão para fins de quantificação da indenização.

Correção monetária devida desde a data do sinistro, pois este foi o momento em que o risco foi implementado, sendo este o marco adequado à recomposição do valor da moeda.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da indenização, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

No caso em apreço, não há como admitir a ocorrência da prescrição, uma vez que, o acidente ocorreu no dia **05/04/2018**, não ocorrendo assim a prescrição descrita no inciso IX, do parágrafo 3º do Art. 206 do Código Civil, que é de três anos, e como ainda não se passou esse período, o presente caso não está prescrito.

Então, não há como alegar-se neste caso a ocorrência da prescrição, pela aplicação do Art. 206, §3º, inciso IX, do Código Civil vigente.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais do direito, requer a V. Exa. o seguinte:

a) A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.

b) Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 355, inciso I, do NCPC).

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, sendo descontado a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), já pagos anteriormente no processo administrativo;

e) A concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter a autora, condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

f) A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar o grau de debilidade presente instalada no autor.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos, Espera Deferimento.

Limoeiro do Norte/CE, 25 de Junho de 2019.

CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO
OAB/CE – 18.628

WERUSKA WASNY DA SILVA CELEDÔNIO
OAB/CE – 36.522

CECÍLIA CLAYS DE LIMA FREIRE
ESTAGIÁRIA



ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA
LIMA, BRASILEIRO, CPF: 814.326.163-00,
RESIDENTE NA RUA AMPLÍCIO MARIANO,
Nº 1406, T. DA. VAQUEJADA, RUSSAS/CE.

_____; pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, o Dr. CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o número 18.628, com escritório profissional na Rua Cândido Olímpio G. de Freitas, 1058, Centro, Limoeiro do Norte/CE; a quem confere amplos poderes, com a cláusula Ad-Judícia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou Procedimento Administrativo, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo (a) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgado.

Limoeiro do Norte/CE, 24 de JUNHO de 2019.

Antônio Evandro de Almeida Lima.

Requerente

2000030046808 DATA 1/8/2000
 ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA

LEONCIO BENEDITO DE ALMEIDA NET
 O E MARIA GUIOMAR DE LIMA ALMEIDA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
 RUSSAS-CE 5/6/1976
 CERT.NASC. 9781 L A-09 F
 46 RUSSAS-CE
 81432615300

ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
 PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
 nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
 Antônio Evandro de Almeida Lima
 ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA

S
E
R
V
I
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 Emitido em : 21/06/97

BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
 ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA

Nº de Inscrição Data do Nascimento
 814326153-00 05/06/76

814326153-00



DECLARAÇÃO

ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA
LIMA, BRASILEIRO, CPF: 814.326.153-00, RESI-
DENTE NA RUA AMANCIO MARIANO, N: 1406,
T. DA VAQUEIJADA, RUSSAS/CE.

**declaro perante à Justiça desta comarca, que sou pobre na
forma da Lei e que não posso pagar as custas processuais.**

Limoeiro do Norte/CE, 24 de JUNHO de 2019.

Antônio Evandro de Almeida Lima

Requerente



Esta é a segunda via de
JAN/2019

Utilize o n° abaixo sempre
que entrar em contato conosco

N° DO CLIENTE
7747085 DV **0**

VENCIMENTO
15/01/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)
140,24

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Grupo B | Série B-4 | N° **556850231**

Companhia Energética do Ceará

Rua Padre Valdevino, 150 | CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei n° 10.438 de
26 de abril de 2002

DADOS DO CLIENTE

Rota 05 025000 01 013010 Medidor Poste
Nome ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA 7090208 0000 C22N
Endereço Postal

End. da Unidade RU AMANCIO MARIANO 01406 01406 T DA VAQUEJADA RUSSAS
Consumidora 62900000

RG / CPF / CNPJ 814.326.153-00 CGF

Classe B1 - 01-RESIDENCIAL, MONOFASICA, BAIXA RENDA Fator de Potência 0

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leitura Atual - Leitura Anterior + Constante - Consumo (kWh) + Consumo Incl. - Consumo Faturado

FP 4576 4375 1 201 0 201

DESCRIÇÃO DA CONTA Quantidade x Tarifa = Valor (R\$)

ENERGIA			
Consumo faixa 0-30 Kwh	30	0,24393	7,31
Consumo faixa 31-100 Kwh	70	0,41818	29,27
Consumo faixa 101-220 Kwh	101	0,62727	63,36

OUTROS PAGAMENTOS			
JUROS DO MES			1,24
MULTA MORATORIA			2,05
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA S. BAIXA RENDA			2,05
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079			10,84
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL-INT			24,12

DATAS DE LEITURA

Data de Emissão/ Apresentação	Prev. Próxima Leitura
08/01/2019	07/02/2019

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

3BA6.8D93.A0DF.7C7B.4AD6.C8BF.11B2.2893

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota	Valor do Imposto
99,94	27%	37,82

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

ENERGIA	37,12
TRANSMISSÃO	3,96
DISTRIBUIÇÃO	21,15
ENCARGOS SETORIAIS	5,67
TRIBUTOS (ICMS, PIS/COFINS)	44,93

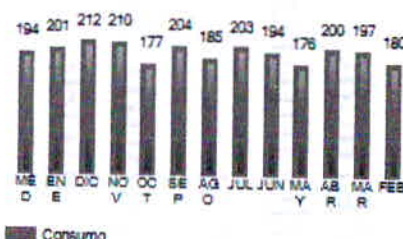
INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta. CM: 58,14
Conjunto

Mês NOV/ 2018

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC (h)	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,00
FIC (un)	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
DMIC (h)	0,00			0,23		

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

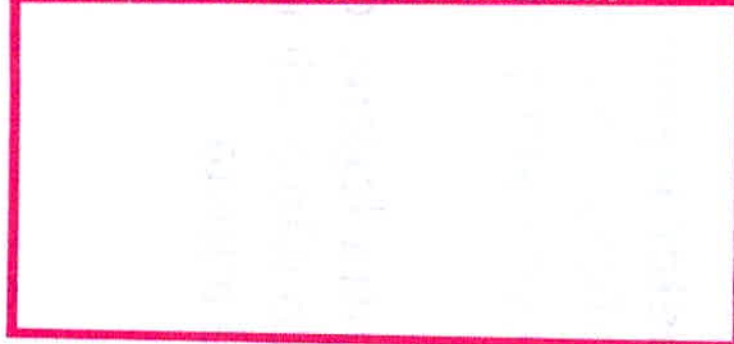


CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consciência Ecológica(%CO ₂)
		0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO



autenticação mecânica cliente

N° do Cliente: **7747085-0** N° da Nota Fiscal: **556850231** Total a Pagar (R\$): **140,24**
Data de Emissão: **05/02/2019** Referência: **JAN/2019** N° de Controle: **0007747085 00029 4332 2 50**

83870000001-0 40240031000-9 00077470850-6 00294332286-0



SINISTRO 3190271379 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora
S/A-Filial Fortaleza-CE
BENEFICIÁRIO ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA
CPF/CNPJ: 81432615300

Posição em 25-06-2019 15:18:06

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
16/05/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS
Dr. José Ramalho, 1436 - Centro
Russas - Ceará



05/04/2018 13:37:47	1800240798	GUIA DE: <input checked="" type="checkbox"/> ATENDIMENTO <input checked="" type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO	- DIURNO - 35
Paciente: 00008656 - ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA	DN: 08/06/1976 - 41 A 10 M O D	Sexo: M - Est. Civil: Solteiro(a)	
Identidade: 2000030046808 - SSP CE Raça/Cor: Parda	CPF: 814.326.153-00	Ocupação: MOTOTAXISTA	
Endereço: RUA - AMACIO MARIANO - 1406 - TABULEIRO DA VAQUEJADA - RUSSAS - CE	CEP: 62.900-000	Nat.: RUSSAS - CE	
Contato: (88) 99405-5861	Mãe: MARIA GUIOMAR DE LIMA ALMEIDA	Pai: LEONCIO BENEDITO DE ALMEIDA	
Convênio: SUS - SUS	Carteira:	Validade:	
Autorização:	Sisprenatal:	CNS:	Caráter Atend.: URGÊNCIA
Motivo: URGÊNCIA / EMER	Especialidade: CLÍNICA MÉDICA	Profiss. Atend.: GILSON	Sector: EMERGENCIA
OUTRAS ANOTAÇÕES (Enfermagem)			
Peso: — KG	Temp.: — °C	Pressão: 140x80 mmHg	D. X.: —
Classificação de Risco: <input type="checkbox"/> VERMELHO <input type="checkbox"/> LARANJA <input checked="" type="checkbox"/> AMARELO <input type="checkbox"/> VERDE <input type="checkbox"/> AZUL			

ANAMNESE E EXAME FÍSICO

*Sofreu acidente de moto
atropelado por baixo e apresentando
fracturas esqueléticas e trauma no
ombro esquerdo*

HIPÓTESE DIAGNÓSTICO

Politraumático Acidente de moto

SADI - EXAMES COMPLEMENTARES

☐ RAIO-X ☐ ULTRASSOM ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS: —

PRESCRIÇÃO

APRAZAMENTO

EVOLUÇÃO

<i>fractura de</i>	<i>13.45</i>	<i>paciente vi-</i>
<i>fractura de</i>		<i>uma de ac-</i>
<i>fractura de</i>		<i>idente de</i>
<i>fractura de</i>		<i>moto, trise-</i>
<i>fractura de</i>		<i>dan em ombro</i>
<i>fractura de</i>		<i>esquerdo e</i>
<i>fractura de</i>		<i>cefaleia.</i>
<i>fractura de</i>		<i>fractura de</i>
<i>fractura de</i>		<i>fractura de</i>

CONDUTA:

☐ ALTA POR DECISÃO MÉDICA
☐ OBSERVAÇÃO (Até 24 Horas)
☐ TRANSFERÊNCIA PARA:

☐ AMBULATÓRIO
☐ ALTA A REVELIA

☐ ALTA A PEDIDO
☒ INTERNAÇÃO

DATA E HORA DA SAÍDA/ALTA:

05/04/18 20:00

OBITO

Antes do 1º Atendimento? ☐ SIM ☒ NÃO

Destino: ☐ Família ☐ IML ☐ Anatomia Patológica

Helidiana Lima Sousa
Assinatura do Paciente ou Responsável

Assinatura do Médico

Atendimento registrado por: MARCOS IVO



FF 997- 500ml 21/10/18 (14:15)

M/ Tombado

Dr. José Gilson Estevam da Silva
Médico CREMEC 5632
CPF: 023.873.293-68

Unidade 11/17

Dr. José Gilson Estevam da Silva
Médico CREMEC 5632
CPF: 023.873.293-68

Duvidas 14 15:15

Clayton Renato Lima Bezerra
Técnico de Enfermagem
CRENICE 534.777

Rebater 17/10/18 AD 10ml 15:15

Clayton Renato Lima Bezerra
Técnico de Enfermagem
CRENICE 534.777

3ml 17/10/18 15:15
Dr. José Gilson Estevam da Silva
Médico CREMEC 5632
CPF: 023.873.293-68
Após colar no local e fazer o exame
de intermeio

Dr. José Gilson Estevam da Silva
Médico CREMEC 5632
CPF: 023.873.293-68

880057 04 01

CAVALHO SANTO

AV. Dom Lino 11121

RUSSAS - CEARA

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nas Notas Públicas. Dos 06 Em test. Russas (CE) da Verdade.

09 OUT 2018

Dr. Carlos Eugênio Carvalho Souza - Tabelião
Dr. Irineu Bessa Souza - Substituto
Tânia Maria Carvalho Souza - Substituto
Fátima Eliene Rodrigues Almeida - Esc. Substituto
Válido somente com o Selo de Autenticidade



HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS
Dr. José Ramalho, 1436 - Centro
Russas / Ceará



1800240854 05/04/2018 19:48:27		GUIA DE ADMISSÃO () GUIA DE ATENDIMENTO ()		CLINICA GERAL.008.003	
Paciente 00008656 - ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA		Nascimento 05/06/1976 Id: 41 A 10 M 0 D		CNS 814.326.153-00	
Documento Identidade - 2000030046808 - SSP CE - 01/08/2000 M		Sexo Estado Civil M Solteiro(a)		Escolaridade MOTOTAXISTA	
Endereço RUA - AMACIO MARIANO - 1406 - TABULEIRO DA VAQUEJADA - RUSSAS - CE		Raça/Cor Parda -		Ocupação RAIMUNDO GALDINO	
Naturalidade RUSSAS - CE		CEP 62.900-000		Complemento RAIMUNDO GALDINO	
Mãe MARIA GUIOMAR DE LIMA ALMEIDA		Contatos (88) 99405-5861		SisPreNatal	
Plano - Convênio SUS - SUS		Carteira Validade		Autorização	
Caráter de Atendimento Urgência		Procedência Procedimento Solicitado		Profissional Solicitante MARIA JOSE PIRES CHAGAS	
CID Principal		Especialidade CLINICA MEDICA		Perm. Máxima (dias)	

ANOTAÇÕES GERAIS

Parecer () Exames Laboratoriais () RX () Ultrassonografia () Prótese () Mudança de Procedimento ()

Convênio: Autorizado Até: / / Prorrogado Até: / /

Outros () Especificar: _____

Data da Saída: 07/04/18 Motivo: () Curado () A pedido () Evasão () Transferido () Óbito

DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:

Fratura do 5º dedo da mão esquerda

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:

OPERAÇÃO

PRINCIPAL:

SECUNDÁRIA:

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO

*S. P. do 5º dedo da mão esquerda com trauma
relatado pelo paciente de 10 dias
antes de vir ao hospital. Trauma
H.T. com dor e inchaço.*

*Exame Físico: 5º dedo da mão esquerda
com fratura exposta, dor à palpação.*

TC Cranio 05/04/18: Normal

Médico Responsável

Leidiana Lima Sousa

Paciente ou Responsável

Diretor Responsável

Guia emitida por: *renata.santia*

SUS Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS		2 - CNES 232800-3	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS		4 - CNES 232800-3	
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA		6 - Nº. DO PRONTUÁRIO 00008656	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 20500 + 67856 + 655		8 - DATA DE NASCIMENTO 05/08/1976	
9 - SEXO 1 - Masculino		10 - RAÇA / COR Parda	
11 - NOME DA MÃE MARIA GUIOMAR DE LIMA ALMEIDA		12 - TELEFONE DE CONTATO (88) 99405-5861	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA		14 - TELEFONE DE CONTATO (88) 99405-5861	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) RUA: AMACIO MARIANO - 1406 - RAIMUNDO GALDINO - TABULEIRO DA VAQUEJADA		17 - COD. IBGE MUNICÍPIO 231180	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA RUSSAS		18 - UF CE	
		19 - CEP 62.900-000	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Febre alta, tosse, dor no peito, falta de ar, cansaço, emagrecimento, febre alta, tosse, dor no peito, falta de ar, cansaço, emagrecimento. </div>			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> PAI BORGES DA CRO Glasgow 15 </div>			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Risco de complicação </div>			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Arteriosclerose </div>		24 - CID 10 PRINCIPAL <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> I25.9 </div>	
25 - CID 10 SECUNDÁRIO <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> I25.9 </div>		26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> I25.9 </div>	
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DISCRIMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Internação </div>		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> 010 801 015 </div>	
29 - CLÍNICA CLÍNICA GERAL	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO URGÊNCIA	31 - DOCUMENTO C. N. S.	32 - Nº. DO DOCUMENTO (CCNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE 980016287064523
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE MARIA JOSE PIRES CHAGAS		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 05/04/2018	35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº. DO REGISTRO DO CONSELHO) <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Maria Jose Pires Chagas </div>
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - <input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRÂNSITO		39 - CNPJ DA SEGURADORA	
37 - <input type="checkbox"/> ACIDENTE TRABALHO TÍPICO		40 - Nº. DO BILHETE	
38 - <input type="checkbox"/> ACIDENTE TRABALHO TRAJETO		41 - SÉRIE	
42 - CNPJ DA EMPRESA		43 - CNAE DA EMPRESA	
44 - CSOR		45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA	
<input type="checkbox"/> EMPREGADO		<input type="checkbox"/> EMPREGADOR	
<input type="checkbox"/> AUTÔNOMO		<input type="checkbox"/> DESEMPREGADO	
<input type="checkbox"/> APOSENTADO		<input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO	
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - COD. ORGÃO EMISSOR	
48 - DOCUMENTO		49 - Nº. DOCUMENTO (CNS / CPF) PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
<input type="checkbox"/> CNS <input type="checkbox"/> CPF		50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 05/04/2018	
51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº. DO REGISTRO DO CONSELHO) <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> Med. A. A. C. R. M. 2871 </div>		52 - Nº. DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em;"> 007.770.000.000.000 </div>	



HCSA
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

Uma História Cuidando de Vidas

**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

BOLETIM DE OPERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: Dr. Antônio Almeida Lima

DATA: 01 / 01 / 20 13

LEITO: 95

DIAGNOSTICO CLÍNICO:

Amigdalite

DIAGNOSTICO CIRÚRGICO:

CONDIÇÕES DO PACIENTE

TEMPO	PULSO	RESP.	P.A.	GERAIS

ANESTESIA:

OPERAÇÃO:

Amigdalectomia

CLASSIFICAÇÃO:

INÍCIO: 08:00 FIM: 08:30

ACHADOS (DESCREVER OS ÓRGÃOS EXPLORADOS E REGISTRE OS ACHADOS PATOLÓGICOS)

O QUE FOI FEITO:

*Paciente
Admitido de rotina
P.O. 2*

Tranquila

*Dr. Victor Augusto
Médico Cirurgião*

CONTAGEM COMPRESSAS:

Operador

Auxiliar

Anestesista

HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS - RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1433, RUSSAS-CE CNPJ: 07.770.001/0001-64 Tel.: (088) 3411-0147 / Telefax (088) 3411-6611

www.hcsrussas.com.br



HCSR
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

Uma História Cuidando de Vidas

**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

RESUMO DE ALTA

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: Antônio Euandro de Almeida Lima

ENFERMARIA: 09 LEITO: 05 PRONTUÁRIO: _____

RESUMO CLÍNICO:

refusou o tratamento

EXAMES REALIZADOS E RESULTADOS:

PROCEDIMENTO REALIZADO:

TERAPÊUTICA UTILIZADA:

ADMISSÃO: 05/04/2018 ALTA: 07/10/18 DIAS INTERN.: 1

CONDIÇÕES DE ALTA:

MOTIVO: CURADO (), MELHORADO (), APEDIDO (), EVASÃO (), TRANSFERIDO (), ÓBITO ()
INALTERADO (), ADMINISTRATIVO ()

ENCAMINHANDO AO LABORATÓRIO:

DIAGNÓSTICO FINAL:

OBSERVAÇÕES:

[Assinatura]
DR. CLÁUDIO EUFRÁSIO
MÉDICO RESPONSÁVEL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS EDUARDO DE SOUZA, em 09/07/2019 às 09:45, sob o número 0020315-57.2019.8.06.0158 e código 4C550FB. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0020315-57.2019.8.06.0158 e código 4C550FB.



**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

ENFERMARIA: 09 LEITO: 05 PRONTUÁRIO: 7

before on the

EXAMES REALIZADOS E RESULTADOS:

PROCEDIMIENTO REALIZADO:

TERAPÊUTICA UTILIZADA:

ADMISSÃO: 05/04/2018 ALTA: 07/07/18 DIAS INTERN.: 1

MOTIVO: CURADO (), MELHORADO (), APEDIDO (), EVASÃO (), TRANSFERIDO (), ÓBITO ()
 INALTERADO (), ADMINISTRATIVO ()

ENCAMINHANDO AO LABORATÓRIO:

DIAGNÓSTICO FINAL:

OBSERVAÇÕES:

MEDICO RESPONSÁVEL



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 541 - 1271 / 2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTES - OUTROS**
 Data / Hora da Comunicação: **11/04/2018 11:00:55**
 Data / Hora da Ocorrência: **05/04/2018 13:30:00**
 Endereço da Ocorrência: **AVENIDA GOVERNADOR RAUL BARBOSA**
 Complemento:
 Bairro: **CATUMBELA** Município: **RUSSAS/CE**
 Ponto de Referência: **PRÓXIMO AO CEMITÉRIO**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA**
 Nascimento: **05/06/1976** CPF: **814.326.153-00**
 RG: **2000030046808** Orgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**
 Filiação: **MARIA GUIOMAR DE LIMA ALMEIDA**
LEONCIO BENEDITO DE ALMEIDA NETO
 Endereço: **RUA AMANCIO MARIANO, 1406**
 Bairro: **TABULEIRO DA VAQUEJADA**
 Município: **RUSSAS/CE** CEP: **62.900-000**
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99683-7341**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **HXJ2595** Uf: **CE** Município: **RUSSAS** Chassi:
93XJNK3405C540228 Renavam: **857030167** Tipo do Veículo:
CAMINHONETE Marca / Modelo: **MMC/L200 4X4 GL** Ano Fabricação:
2005 Ano Modelo: **2005** Combustível: **DIESEL** Cor: **PRATA** Proprietário:
MARIA JANDERLENE DA SILVA BARRO Situação: **NÃO INFORMADO**
 Envolvimento: **COLISAO**

2) Placa: **OSG5398** Uf: **CE** Município: **RUSSAS** Chassi:
9C2KC1650ER510171 Renavam: **1005458275** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 150 TITAN ESD** Ano
 Fabricação: **2014** Ano Modelo: **2014** Combustível: **GASOLINA/ALCOOL**
 Cor: **PRETA** Proprietário: **SUZANETE XAVIER DA COSTA** Situação:
NÃO INFORMADO Envolvimento: **COLISAO**

Histórico

Afirma a vítima que conduzia a motocicleta de placa OSG-5398, de propriedade de Suzanete Xavier da Costa, quando o condutor do veículo de placa HXJ-2595 invadiu a preferencial e colidiu na motocicleta em que estava; QUE danificou totalmente a frente da motocicleta; QUE veio registrar este procedimento para fins de receber os valores referentes ao seguro do veículo em que estava; QUE teve algumas escoriações; QUE estava de capacete no momento do acidente; QUE tem habilitação nas categorias A e B. E NADA MAIS DISSE.///

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

Ruino Sampaio

JOSE BRUNO OLIVEIRA SAMPAIO - MAT.: 30092910

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Antônio Evandro de Almeida Lima

DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

Pág. 1 de 2

Impresso em: 11/04/2018 11:29:33



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 541 - 1271 / 2018

VISTO DO DELEGADO(A) :

BRUNO SILVA - MAT.: 30084616

[illegible][illegible]

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, **SUZANETE XAVIER DA COSTA**, portadora do **CPF nº 754.549.803-82** com domicílio na cidade de **RUSSAS**, no Estado de **CEARA**, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima, **ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA**.

Veículo: MOTOCICLETA

Modelo: HONDA/ CG150 TITAN ESD

Ano: 2014

Placa: OSG 5398

Chassi: 9C2KC1650ER510171

Data do Acidente: 05/04/2018

RENAVAM: 1005458275

RUSSAS - CE 04/02/2019
Local e Data



Suzanete Xavier da Costa
Assinatura do Declarante

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) Suzanete Xavier da Costa

Em test. [assinatura] da verdade. Russas/CE

04 FEV 2019

Bel. Carlos Eugênio Carvalho Souza - Tabelião
Tânia Maria Carvalho Souza - Substituta
Bel. Brenno Bessa Souza - Substituto
Neri Daniele Gonçalves Maia - Substituta
Válido Somente com Selo de Autenticidade

CARTÓRIO RANTIZAU
Av. Dom Lino Nº 1781
RUSSAS - CEARÁ

Nº CN 348019 - AOCF

SERVIÇO DE TRAUMATOLOGIA E SISTEMA OSTEO ARTICULAR
 DEPARTAMENTO DE MEDICINA DO TRABALHO E DA SAÚDE OCUPACIONAL
 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E LABORATIVA
 LAUDO ESPECIALIZADO EM APARELHO LOCOMOTOR / COLUNA VERTEBRAL
ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

NOME: ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA
 RG: SAP 2000030046808 (C) PROFISSÃO: MOPTAKISTA
 CID 10: S46.0 U75.1 U75.2 U75.4 (U75.8) S422

QUEIXA PRINCIPAL: BLOQUEIO DO OMBRO DO OMBRO ESQUERDO

SINAL DE NEER POSITIVO (++)

HISTÓRICO DA DOENÇA ATUAL: SOFRIU COLUÇÃO FRONTAL 5/09/2018
DE MOTORCICLETA X CAMINHONETE. ENCAMINHADO À
CASA DE SAÚDE DE RUÍAS FOI OPERADO DE EMERGÊNCIA
PELO DR VICTORINO PULITADO - LIDE DE ALTA APTA DEFINITIVA
EM 5.11.18

EXAME - SINAL DE NEER, FLEXÃO DE 90 GRAUS
ASSOCIADA À ABDUÇÃO DE 45° É DOUADA E NÃO
MANTEM A POSIÇÃO PASSIVA AO SER RECOLHIDA A
FLEXÃO ATIVA - SINAIS DE JOBST E DE HAWKINS -
KEENEY POSITIVO.

EXAME RADIOLOGICO: FRATURA DO CORO DO UMBRO - CURVA
CONSOLIDADA COM PROVÁVEL LESÃO DE IMPACTO OMBRO E

DIAGNÓSTICOS: CLÍNICO ☒ RADIOLOGICO ☒ LABORATÓRIO ☐ IMAGEM ☒ PU OUTRO ☒

- (1) SINDROME DO IMPACTO DO OMBRO ESQ (U75.4)
- (2) LESÃO COMPLETA POR AVULSÃO DO MANGUINHO ROTADOR (U75.8)
- (3) FRATURA DO CORO DO UMBRO ESQ CONSOLIDADA - (S422)

OBSERVAÇÕES: -
CASO DE LESÃO POR ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR:
COMUO MOXOX AUTOMOTIVEL EM CONSEQUENCIA
ZOFRIU AS LESÕES SUPRACITADAS. PARA ENCA-
MINHAMENTO DA SEQUENCIA TERAPÊUTICA DEVE
PROCEDER UM EXAME DE RESONÂNCIA NUCLEAR
MAGNETICA. COM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NÃO
ABRIR MELHORA DEFINITIVA.

ATA. REG. DR. VICTORINO EM 5/11/18.

Francisco Porpino Pentes
 ASSINATURA

Francisco Porpino Pentes
 CARIMBO
 Ortopedia, Traumatologia
 CRM/EC 5055 - CRESS 1999

Dissm 027/03/19



ATESTADO

Atesto que, Antônio Emanoel

da Aline

está impossibilitado(a) de trabalhar, por

15 (quinze)

dias, a partir desta data 07/04/18, por

lesões no membro E

DR. CLÁUDIO ELTRAND
ODONTOLÓGICO - CRM 15.118/18
CRM 15.118/18

07 07 18

MÉDICO - CRM

www.hcsrussas.com.br



CNPJ: 07.770.001/0001-64

RECEITUÁRIO

Nome: MARCOS EVANDRO DE

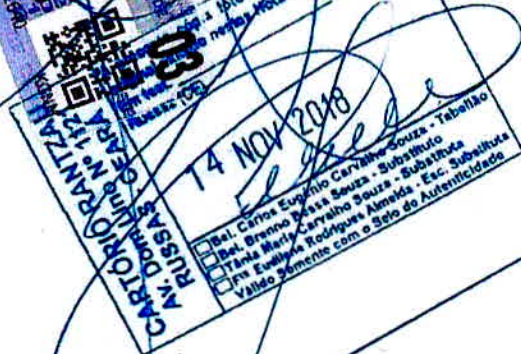
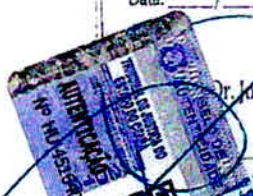
End.: ALMEIDA NMA.

AV. D. M. M.

Atento para o
ponto acima acima
por substituir o
Tutoponto acima
do futuro
do futuro próximo
melhorado.

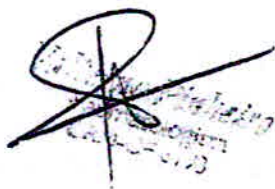
Data: Fevereiro de
Médico - CRM

Dr. José Ramalho, 1436, Centro - CEP: 62.900-000 - Russas/CE
Fone: (88) 3411.6611 Fax: (88) 3411.6611

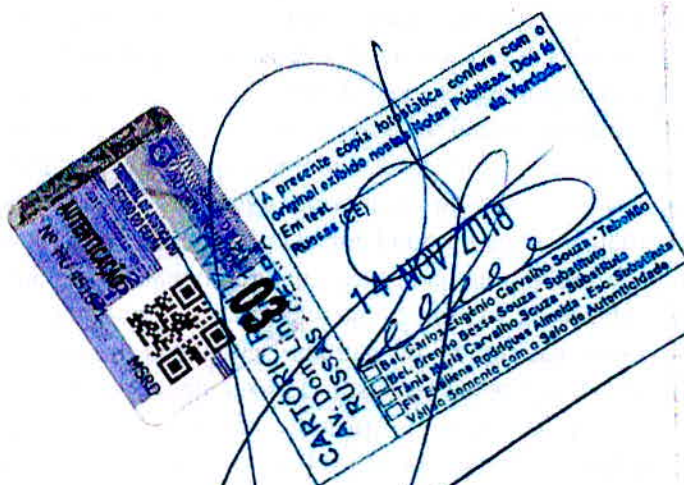



Alto Definitivo

05/11/18



Cartório de Registro
de Imóveis
de Fortaleza





HCSR
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS
Uma História Cuidando de Vidas

CNPJ: 07.770.001/0001-64

RECEITUÁRIO

Nome:

*Antônio Wanderley de
Alencar Lima*

End.:

Sobret:


*TC simples
de rotina*

Data:

09/04/2018

Médico: CRM


Rua Dr. José Ramalho, 1436, Centro - CEP: 62.900-000 - Russas/CE
Fone: (88) 3411.0147 - Fax: (88) 3411.6611


HCSR
 HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS
Uma História Cuidando de Vidas
 CNPJ: 07.770.001/0001-64

RECEITUÁRIO

Nome: ant. P. E. ...
 End.: _____

1
 1 MELOCA 5,3
 1/2
 1/4 de 12/15


 DR. CLAUDIO EUFRASIO
 ORTODONTIA - ORTODONTIA
 CRM-CE 4078

Data: 07/07/18
 Médico - CRM

Rua Dr. José Ramalho, 1436, Centro - CEP: 62.900-000 - Russas/CE
 Fone: (88) 3411.0147 - Fax: (88) 3411.6611



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0020315-57.2019.8.06.0158**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Antônio Evandro de Almeida Lima**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC).

Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC).

Trata-se de **Ação de Cobrança (Seguro DPVAT)** proposta por **ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA**, através de advogado constituído, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, todos qualificados na exordial.

O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º).

A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º).

No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****1ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia.

Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Isto posto, deixo para aprazar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia.

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC).

Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias.

Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial.

As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo.

Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica **LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA**, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº **7170**, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente **ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA**, devendo a perita ser intimada

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****1ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC).

Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie.

Decorrido o prazo acima especificado, intime-se o(a) perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a **senha do processo**, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do TJCE: <<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019.

Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova.

Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia.

Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.

Expedientes necessários.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

Russas, 27 de agosto de 2019.

Sâmea Freitas da Silveira de Albuquerque

Juíza de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

Processo Nº _____

AVALIAÇÃO PERICIAL

Art. 31 da Lei nº 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei nº 6.194 de 14/12/1997

INFORMAÇÕES DO(A) PERICIANDO(A)

Nome completo: _____

CPF: _____

Endereço completo: _____

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) A lesão indicada pelo(a) periciando(a) apresenta nexo de causalidade com o acidente narrado na petição inicial?

() Sim () Não () Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico informado:

a) Qual(ais) região(ões) corporal(ais) encontra(m)-se acometida(s)?

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

b) Descrever as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico do(a) periciando(a) que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim () Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame pericial, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) () Disfunções apenas temporárias
b) () Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico do(a) periciando(a):

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

- a) () Sim, em que prazo: _____
b) () Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO PREENCHER os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei nº 11.945/2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(ais) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à Lei nº 11.945/2009 o(s) segmento(s) corporal(ais) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação: _____

Só prosseguir em caso de resposta positiva:

- a) () Total (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa na íntegra o patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

b) () Parcial (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal do(a) periciando(a))

b.2) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal do(a) periciando(a))

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva do(a) periciando(a) segundo o previsto na alínea II, §1º, do art. 3º da Lei nº 6.194/74 com redação introduzida pelo art. 31 da Lei nº 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
2ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
3ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
4ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa

OBSERVAÇÃO: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios acima apresentadas:

Lesões apontadas pela parte, não reconhecidas por falta de comprovação de sua existência ou relação com o acidente:

_____, _____ de _____ de _____.

(Assinatura e carimbo da médica – CRM)

Observação: Eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0237/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de fls. 30/35 dos autos, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho, bem como intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), de todo o teor do despacho de fls. 30/35 dos autos, que ora transcrevo: Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta por ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA, através de advogado constituído, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, todos qualificados na exordial. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para aprazar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial. As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo. Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº 7170, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA, devendo a perita ser intimada pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC). Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie. Decorrido o prazo acima especificado, intime-se o(a) perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a senha do processo, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do TJCE:

<<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019. Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova. Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia. Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Russas, 23 de setembro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

**Nomeação para realização de perícia - Processo nº
20315-57.2019.8.06.0158/0**

COMARCA DE RUSSAS - 1ª Vara

Enviado:segunda-feira, 23 de setembro de 2019 12:43

Para: larissamxvieira@yahoo.com.br

Prezada Dra. Larissa Miranda Xavier Vieira,

Pelo presente, fica Vossa Senhoria intimada de que foi nomeada para realizar perícia médica na pessoa do(a) promovente ANTONIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA - Processo nº 20315-57.2019.8.06.0158/0, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC).

Atenciosamente,

1ª Vara da Comarca de Russas

Fórum Juiz Moacir de Souza Rocha

Travessa Antônio Gonçalves Ferreira, s/nº, Guanabara

Russas-CE - CEP: 62.900-000

Tel.:(88) 3411.0564



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.brRussas

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0020315-57.2019.8.06.0158**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Antônio Evandro de Almeida Lima**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) Dr(a). Sâmea Freitas da Silveira de Albuquerque, Juiz(a) de Direito em respondência pela 1ª Vara da Comarca de Russas, tem como finalidade CITAÇÃO de V.Sa., por todo o conteúdo do despacho e da petição inicial, cujas cópias seguem anexas, como parte integrante desta carta, para, querendo, oferecer contestação, no prazo de quinze (15) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Fica V. Sa. intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho.

Russas/CE, 23 de setembro de 2019.

ANA FERNANDA ARAUJO BOTELHO

Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro

Rio De Janeiro-RJ

CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abriu a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0237/2019, foi disponibilizado na página 836/837 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/09/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/09/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Prazo em dias	Término do prazo
15	16/10/2019

Teor do ato: "Intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de fls. 30/35 dos autos, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho, bem como intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), de todo o teor do despacho de fls. 30/35 dos autos, que ora transcrevo: Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta por ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA, através de advogado constituído, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, todos qualificados na exordial. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPD inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPD (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para apraziar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial. As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo. Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº 7170, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente ANTÔNIO EVANDRO DE ALMEIDA LIMA, devendo a perita ser intimada pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC). Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie. Decorrido o prazo acima especificado, intime-se o(a)

perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a senha do processo, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do TJCE: <<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019. Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova. Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia. Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Russas, 25 de setembro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria